

Este documento resulta de um trabalho conjunto do Observatório Nacional da Luta Contra a Pobreza e do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal, através da recolha e sistematização de informação estatística e da análise da mesma, respetivamente. A informação estatística foi recolhida das respetivas fontes oficiais – Instituto Nacional de Estatística, Pordata, Instituto da Segurança Social e Instituto de Emprego e Formação Profissional – em setembro de 2018 e a sua análise foi efetuada em janeiro/fevereiro de 2019.

A análise realizada é descritiva e circunscrita à informação estatística disponível, afigurando-se por isso interessante poder vir a ser aprofundada através introdução de outro tipo de informação quantitativa e/ou qualitativa que permita a realização de uma análise interpretativa e multidimensionalmente contextualizada.

POBREZA MONETÁRIA

2017	Mediana do Rendimento por adulto equivalente	Linha de pobreza nacional	Taxa de risco de pobreza (calculada com linha de pobreza nacional)	Linha de pobreza regional	Taxa de risco de pobreza (calculada com linha de pobreza regional)
	€		%	€	%
Portugal	9 351	5 610	17,3	5 610	17,3
Norte	8 925	5 610	18,6	5 355	16,4
Centro	9 067	5 610	18,6	5 440	16,6
A.M.Lisboa	10 943	5 610	12,3	6 566	18,9
Alentejo	8 880	5 610	17,0	5 328	14,2
Algarve	9 000	5 610	18,6	5 400	16,6

R.A. Açores	7 517	5 610	31,5	4 510	21,6
R.A. Madeira	8 345	5 610	27,4	5 007	22,3

Dados de 2017 indicam que a mediana do rendimento por adulto equivalente em Portugal, situa-se nos 9351€. Focalizando a atenção para a Região Centro, o mesmo indicador revela um valor de 9067€, sendo a segunda região do país com a mediana do rendimento por adulto equivalente mais elevada, atrás da Área Metropolitana de Lisboa (10943) e à frente da Região do Algarve (9000€) e Norte (8925€). As regiões com as medianas mais baixas são as regiões autónomas da Madeira e dos Açores (respetivamente, 8345€ e 7517€)

Para o mesmo ano, a taxa de risco de pobreza em Portugal situa-se nos 17,3%, apesar disso, particularizando a Região Centro, verificamos a existência de uma taxa mais elevada (18,6% quando calculada com linha de pobreza nacional) e que iguala a Região Norte e do Algarve. A Área Metropolitana de Lisboa é a região do país com o valor mais baixo (12,3%) e as regiões autónomas da Madeira e dos Açores, apresentam as taxas mais elevadas, 27,4% e 31,5% respetivamente.

A linha de pobreza em Portugal situa-se em 2017 nos 5610€ e mais uma vez a Região Centro distingue-se com o segundo valor mais elevado (5440€), logo a seguir à Área Metropolitana de Lisboa (6566€) e outra vez à frente da Região Norte e do Algarve (5355€ e 5400€). Os dados para este indicador surgem alinhados com a tendência estatística verificada ao nível da mediana do rendimento por adulto equivalente, sendo que a linha de pobreza regional em Portugal com o valor mais baixo é a que corresponde à Região Autónoma dos Açores (4510€).

Ainda ao nível da pobreza monetária, importa clarificar qual a taxa de risco de pobreza, quando é efetuado o calculo com a linha de pobreza regional. Neste sentido, o Centro apresenta uma taxa de risco de Pobreza de 16,6%, em igualdade com o Algarve e ligeiramente superior à verificada na Região Norte (16,4%). A Área Metropolitana de Lisboa surge com a taxa mais elevada (18,9%) e em linha com os indicadores anteriores, as regiões autónomas assinalam as taxas menos favoráveis, 21,6% no caso da Madeira e 22,3% nos Açores.

A tendência que se verifica quando analisamos a pobreza monetária é no sentido da existência de uma grande discrepância pela positiva no caso da Área Metropolitana de Lisboa e pela negativa nas regiões autónomas. Ampliando a análise ao nível da Região Centro, regista-se uma estabilização nos diferentes indicadores, na segunda posição mais favorável comparativamente com as outras regiões nacionais, excetuando a análise ao nível da taxa de risco de pobreza (calculada com linha de pobreza nacional) onde o Alentejo assume essa posição. Simultaneamente, a Região Centro apresenta valores distantes da Área Metropolitana de Lisboa e próximos da Região Norte e Algarve. Ao percecionarmos a mesma região em comparação com os valores nacionais, observa-se sempre um posicionamento menos positivo face aos valores correspondentes a Portugal.

TERRITÓRIO E POPULAÇÃO RESIDENTE

Indicador	2011		2017			
	Viseu		Portugal	Viseu		Portugal
Área total em Km ²	5 009,79 5,4%		92225,61 100%	5 009,79 5,4%		92225,61 100%
População Residente (n.º e %)	375640 3,6%		10 542 398 100%	357471 3,5%		10 291 027 100%
Homens	178739 47,6%		5 030 437 47,7%	169099 47,3%		4 867 692 47,3%
Mulheres	196901 52,4%		5 511 961 52,3%	188372 52,6%		5 423 335 52,7%
0-14 anos	51954 13,8%		1 572 900 14,9%	42607 11,9%		1 423 896 13,8%
15-24 anos	41932 11,2%		1 139 411 10,8%	39406 11,0%		1 093 201 10,6%
25-64 anos	197554 52,6%		5 822 441 55,2%	188059 52,6%		5 560 656 54,0%
65 ou mais anos	84200 22,4%		2 007 646 19,0%	87399 24,4%		2 213 274 21,5%
Saldo Natural (n.º)	-1 369		-5 992	-2 157		-23 432
Taxa bruta de natalidade (‰) varia entre um mínimo e um máximo de:	4,1 Tarouca	9,4 Viseu	9,2	3 Tabuaço	8,5 Vila Nova de Paiva	8,4
Índice sintético de fecundidade (n.º) varia entre um mínimo e um máximo de:	0,62 Tarouca	1,38 Nelas	1,35	0,47 Tabuaço	1,5 Vila Nova de Paiva	1,37
Estrangeiros residentes (n.º e %)	4987 1,1%		436 822 100%	3964 0,9%		421711 100,0%
Saldo migratório (n.º)	-1 226		-24 331	-919		4 886
Índice de dependência total (n.º) varia entre um mínimo e um máximo de:	51 Viseu	67 Penalva do Castelo	51,4	49 Tarouca	67 Castro Daire	54,7
Índice de dependência dos jovens (n.º) varia entre um mínimo e um máximo de:	18 Mortágua	24 Tarouca	22,6	13 Tabuaço	21 Viseu	21,4
Índice de dependência dos idosos (n.º) varia entre um mínimo e um máximo de:	28 Viseu	46 Penalva do Castelo	28,8	31 Tarouca	50 Mortágua	33,3
Índice de envelhecimento (n.º) varia entre um mínimo e um máximo de:	119 Viseu	247 Mortágua	127,6	150 Viseu	296 Mortágua	155,4

Notas: ⁱ Em % do total nacional; ⁱⁱ Em % do total regional; N.D. – Não disponível.

Para fins estatísticos (NUTS), o distrito divide-se entre a região do Centro e a região do Norte. Os concelhos da região do Centro, são, na sua maioria, pertencentes à sub-região Dão-Lafões (acrescidos de um concelho pertencente ao Distrito da Guarda), havendo ainda, desde 2008, um concelho integrado na sub-região do Baixo Mondego. Os concelhos da Região Norte se dividem pelas sub-regiões do Tâmega e do Douro cuja integração de municípios como Penedono, Moimenta da Beira e Sernancelhe tem gerado controvérsia por se tratar de municípios sem grande ligação a esta sub-região. A divisão para fins estatísticos tem gerado certas incongruências ao dividir o distrito entre Região Norte e Região Centro, na medida em que todo ele corresponde à tradicional Beira Alta, e por isso defendido por muitos a uniformidade de todo este território compreendido entre a margem norte do rio Mondego e a margem sul do rio Douro. Nomes como Moimenta da Beira, Penela da Beira, Paredes da Beira, Mondim da Beira, entre outras localidades, registam como a Beira cobre toda a margem sul do Rio Douro no norte do Distrito de Viseu. Em resumo:

Região do Norte: (NUTS II)

Douro: Armamar, Lamego; Moimenta da Beira; Penedono; São João da Pesqueira; Sernancelhe; Tabuaço; Tarouca

Tâmega: Cinfães; Resende

Região do Centro (NUTS II)

Dão-Lafões: Carregal do Sal; Castro Daire; Mangualde; Nelas; Oliveira de Frades; Penalva do Castelo; Santa Comba Dão; São Pedro do Sul; Sátão; Tondela; Vila Nova de Paiva; Viseu; Vouzela.

Baixo Mondego: Mortágua

O distrito de Viseu contém uma área total de 5009,79 kms², o que corresponde a 5,4% do território nacional (92225,61 kms²), a população residente em 2017 era de 357471 pessoas, tendo-se verificado um decréscimo desde 2011, altura em que a população residente correspondia a 375640 pessoas (-4,8%). A percentagem de população residente no distrito relativamente à população residente em Portugal, conheceu um declínio de 3,6% para 3,5% do total da população nacional. Particularizando a composição da população no distrito de Viseu é notório um crescimento entre 2011 e 2017 da população com 65 ou mais anos, tendo passado de 84200 pessoas para 87399, ou seja, um crescimento de 3,6%. No âmbito de todos os outros estratos etários observa-se uma retração do número de pessoas residentes, sendo mais expressiva no âmbito da população entre os 0 e os 14 anos, que passou de 51954 residentes, para 42607, um decréscimo de 18%. A taxa bruta de natalidade também conheceu um declínio entre 2011 e 2017, sendo que em 2017 Tabuaço era o concelho com a taxa mais baixa (3%) e Vila Nova de Paiva apresentava a mais elevada (8,5%), os valores nacionais evoluíram de 2011 para 2017, de 9,2% para 8,4%. O índice sintético de fecundidade em Portugal, que exprime o número de filhos, em média, por mulher em idade fértil, variou no mesmo período de 1,35 para 1,37, sendo que no distrito de Viseu, Tabuaço é em 2017 o concelho com o índice mais baixo (0,47) e Vila Nova de Paiva o concelho com o índice mais elevado (1,5), corroborando os dados relativos à taxa bruta de natalidade.

Os dados relativamente à população estrangeira indicam que em Portugal houve um decréscimo de 436822 estrangeiros residentes, para 421711 no período de 2011 a 2017 (-3,5%), no distrito de Viseu houve um declínio mais acentuado, de 4987 para 3964 (-20,5%). O saldo migratório conheceu uma evolução positiva a nível nacional, tendo passado no mesmo período temporal de -24331, para 4886. No caso do distrito de Viseu, a evolução também foi positiva, apesar disso, manteve-se negativo, passando de -1226, para -919.

Ao observarmos os índices relativos à dependência, o índice de dependência total (relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa) apresenta em Portugal um valor de 54,7 em 2017, sendo que no distrito de Viseu, Tarouca (49) é o concelho com o índice mais baixo e Castro Daire o que apresenta o mais elevado (67). No âmbito do índice de dependência dos jovens (exprime a relação entre a população jovem e a população em idade ativa), para o mesmo ano, o valor nacional situa-se nos 21,4, sendo que no distrito de Viseu, o concelho com o índice mais elevado é Viseu (21) e Tabuaço (13) o que apresenta o mais baixo, ou seja, todos os distritos têm um índice mais baixo do que o valor nacional. No caso dos idosos o valor nacional corresponde a 33,3, sendo que se verifica que Mortágua apresenta o valor mais elevado (50) e Tarouca o mais reduzido (31).

Finalmente, ainda relativamente ao tema do território e população dependente, o índice de envelhecimento em Portugal era em 2017 de 155,4 idosos para cada 100 pessoas com menos de 15 anos. No contexto do distrito de Viseu, é o concelho de Viseu que tem o índice de envelhecimento mais baixo (150) e Mortágua apresenta o mais elevado (296).

Em síntese, os dados exprimem um decréscimo da população entre 2011 e 2017 e uma tendência notória para o aumento do envelhecimento da população no distrito. Existe particular destaque para o crescimento da população no grupo etário correspondente aos “65 ou mais anos” e decréscimo acentuado no que corresponde à população dos 0 aos 14 anos, paralelamente, o índice de envelhecimento revela grandes discrepâncias, notando-se um número cada vez mais acentuado de idosos, para um número cada vez menor de crianças e jovens. A população estrangeira também não tem tido um contributo suficiente para inverter os desafios relacionados com o envelhecimento da população, dado que entre 2011 e 2017, declinou mais de 20%. Simultaneamente, o saldo migratório tem sido negativo, embora tenha tido uma ligeira recuperação no mesmo período.

MERCADO DE TRABALHO

Indicador	2010		2016	
	Viseu	Portugal	Viseu	Portugal
Empresas (n.º e %)	33 914 1,6%	1 145 390 100%	41 360 3,5%	1 196 102 100%
< 10 trabalhadores	32 628 96,2%	1 097 400 95,8%	40 260 97,3%	1 152 044 96,3%
10 a 49 trabalhadores	1 132 3,3%	41 355 3,6%	949 2,3%	37 534 3,1%
50 a 249 trabalhadores	142 0,4%	5 794 0,5%	135 0,3%	5 662 0,5%
> 250 trabalhadores	12 0,0%	841 0,1%	16 0,0%	862 0,1%

Pessoal ao serviço nas empresas (n.º e %)	92 005 2,5%	3 732 512 100%	97 390 2,6%	3 704 740 100%
Indicador	2011		2017	
	Viseu	Total	Viseu	Total
Desempregados inscritos no IEFP (n.º e %)*	18 529 3,4%	551943,6 100%	17 410 4,0%	434462 100%
Homens	7 772 41,9%	257798 46,7%	7 704 44,3%	199504 45,9%
Mulheres	10 756 58,0%	294145,6 53,3%	9 705 55,7%	234958 54,1%
< 25 anos	2 437 13,2%	N.D.	2 451 14,1%	N.D.
25-34 anos	4 344 23,4%	N.D.	3 193 18,3%	N.D.
35-44 anos	4 047 21,8%	N.D.	3 351 19,2%	N.D.
45-54 anos	4 200 22,7%	N.D.	3 781 21,7%	N.D.
55 ou + anos	3 503 18,9%	N.D.	4 635 26,6%	N.D.

Notas: ⁱ Em % do total nacional; ⁱⁱ Em % do total regional; N.D. – Não disponível; * Média anual.

As estatísticas relativas ao mercado de trabalho indicam que no distrito de Viseu se verificou uma evolução positiva no número de empresas de 2010 para 2016, passando de 33914 empresas em 2010, para 41360 em 2016, ou seja, uma variação ascendente que corresponde a 18%. Paralelamente, o número de empresas em Viseu significava 3% do total de empresas em Portugal em 2010, mas em 2016 eram cerca de 3,5%, o que significa que houve um aumento do número de empresas no distrito de Viseu a um ritmo superior do que aconteceu em Portugal. Quando estabelecemos uma relação entre o número de empresas e o número de trabalhadores nas empresas, verificamos que a composição do número de trabalhadores não conheceu variações significativas nas empresas, houve sim um aumento de empresas que mantiveram a mesma composição do número de trabalhadores das que existiam anteriormente. A maioria das empresas (32628) tinha em 2010 menos de 10 trabalhadores, volvidos 6 anos, verificou-se um aumento de empresas (40260, +19%) com menos de 10 trabalhadores, ou seja, apesar de ter aumentado o número de empresas manteve-se a composição conhecida anteriormente ao nível dos intervalos estatísticos que expressam o número de trabalhadores. Paralelamente à medida que vamos subindo nos intervalos estatísticos que expressam números de trabalhadores mais elevados nas empresas, verificamos uma relação inversa relativamente ao número de empresas que se situam nesses intervalos, ou seja, o número de empresas é menor nos intervalos estatísticos que expressam maior número de trabalhadores e maior nos intervalos que expressam menor número de trabalhadores. Deste modo, no mesmo período, o número de empresas com 10 a 49 trabalhadores passou de 1132 para 949, no intervalo relativo aos 50 a 249 trabalhadores passamos de 142 para 135 e no âmbito das empresas com mais de 250 trabalhadores, de 12 para 16 empresas. Os números revelam-nos a diminuição nos intervalos que evidenciam mais de 10 trabalhadores e menos de 250, sendo que no último intervalo, correspondente a mais de 250 trabalhadores há um aumento do número de empresas. Se contabilizarmos o pessoal ao serviço das empresas, a variação, verificou-se um aumento de 92005 para 97390 (5,5%), o que

nos permite referir que o crescimento do número de empresas correspondeu ao aumento do número de pessoas ao serviço nas mesmas.

Passando à análise do desemprego e focando o período de 2011 a 2016, registou-se um decréscimo de 18529 para 17410 pessoas desempregadas (variação de 6%), no mesmo período, verificou-se igualmente um decréscimo em Portugal, tendo sido superior a 20%. Decompondo o desemprego de acordo com o género, a nível nacional e distrital, existe no mesmo período maior representação do género feminino. No âmbito do distrito de Viseu, o total de desempregados era composto em 2011 por 58% de mulheres e 41,7% de homens, em 2016 havia uma proporção de 55,7% para 44,3%, ou seja ligeiramente menor. Ao nível nacional essa diferença agravou-se, tendo passado, em 2011, de uma proporção de 53,3% de mulheres e 46,7% de homens, para, respetivamente, 54,1% e 45,9% em 2016. No âmbito dos escalões etários, foi notória uma evolução crescente no número de desempregados no escalão correspondente que têm “55 anos ou mais” (+24,4%) e uma estagnação nos “menores de 25 anos” (+0,6%). Os restantes estratos etários evoluíram no sentido da redução do número de desempregados, 26,5% no escalão “dos 25 aos 34 anos”, 17,2% dos “35 aos 44 anos” e 10% “dos 45 aos 54 anos.

É possível aferir, no âmbito do mercado de trabalho, uma redução do número de desempregados no distrito de Viseu e um decréscimo ligeiro da desigualdade de género na composição do desemprego, no período de 2010 a 2016, por outro lado, verifica-se o aumento do desemprego nos estratos do topo e da base da pirâmide etária no mesmo período, ainda que no escalão dos “menores de 25 anos” tenha ocorrido um aumento quase inexpressivo.

RENDIMENTOS E PODER DE COMPRA

Indicador	2011			2015		
	Viseu	Portugal		Viseu	Portugal	
Ganho médio mensal (€) varia entre um mínimo e um máximo de:	691 Sernancelhe	1 110 Oliveira de Frades	---	703 Sernancelhe	1 020 Oliveira de Frades	1 094,10
Disparidade (%) no ganho médio mensal entre homens e mulheres varia entre um mínimo e um máximo de:	0 Resende	16 Oliveira de Frades	---	1 Resende	16 Mangualde	10,9
Proporção de poder de compra per capita varia entre um mínimo e um máximo de:	50 Cinfães	96 Viseu	100	56 Tabuaço	96 Viseu	100
Indicador	2011			2016		
	Viseu	Portugal		Viseu	Portugal	
Remuneração média mensal de base (€) varia entre um mínimo e um máximo de:	591,9 Sátão	936,2 Oliveira de Frades	905,1	618,2 Sátão	828,9 Oliveira de Frades	922,2

Homens	598,9 Sátão	1040,8 Oliveira de Frades	984,2	619,7 Sátão	888,1 Nelas	994
Mulheres	581,5 Sátão	736,9 Oliveira de Frades	807,5	611,6 Vila Nova de Paiva	742,2 Viseu	838,4

Na observação dos rendimentos e poder de compra entre 2011 e 2015, o ganho médio mensal varia em 2011 entre 691€ no concelho de Sernancelhe e 1110€ em Oliveira de Frades, em 2015, os mesmos concelhos ocupavam as posições onde o ganho mensal era maior e menor, apesar disso, Sernancelhe evoluiu para 703€ e Oliveira de Frades regressou para 1020€, verificando-se uma ligeira aproximação. Quando se analisa a disparidade no ganho médio mensal entre homens e mulheres, verificamos que em 2011 havia 0% em Resende e 16% em Oliveira de Frades, volvidos 4 anos, Resende apresentava uma disparidade de 1% e Mangualde 16%, os concelhos do distrito com menor e maior disparidade em 2015.

No que diz respeito à variação da proporção do poder de compra per capita, Cinfães (50%) e Viseu (96%) ocupavam os lugares com menor e maior poder de compra em 2011 face aos valores nacionais (100%), enquanto em 2015, era Tabuaço (56%) o concelho com menor rendimento per capita e Viseu mantinha-se o concelho com o valor mais elevado (96%).

Finalmente, analisando a remuneração média mensal de base entre 2011 e 2016, Satão (591,90€) e Oliveira de Frades (936,20€) eram os concelhos onde se verificavam os valores mínimos e máximos do distrito em 2011. Em 2015, os mesmos concelhos ocupavam os extremos, verificando-se uma variação, respetivamente, para 618,20€ e 828,90€. Ao efetuarmos uma análise diferenciada entre homens e mulheres, os valores referentes a 2011 corroboram igualmente os concelhos de Satão e Oliveira de Frades em ambos os sexos, no entanto, percecionam-se diferenças de género relevantes, no Satão a remuneração média mensal era em 2011 de 598,90€ para os homens e 581,50€ para as mulheres, no concelho de Oliveira de Frades para o mesmo ano, havia uma diferenciação ainda mais significativa, de 1040,80€ (homens) para 736,90€ (mulheres). Em 2015, é notório um maior esbatimento das diferenças de género ao nível dos concelhos que apresentam os valores mais baixos, Satão no caso dos homens (619,70€) e Vila Nova de Paiva nas mulheres (611,60€). Quando analisamos os concelhos com a remuneração média mensal mais elevada, Nelas é onde os homens assumem um valor mais elevado (881,10€) e Viseu onde as mulheres atingem o valor de 742,20€, ou seja, o valor máximo que foi verificado no distrito, no caso das mulheres, para a remuneração média mensal de base.

Em suma, analisando os rendimentos e o poder de compra no distrito de Viseu, entre 2011 e 2015 nos vários indicadores é notória uma evolução ao nível dos concelhos onde os valores são mais baixos no sentido de uma maior convergência com os concelhos que apresentam os rendimentos e o poder de compra mais elevados. Inclusivamente os concelhos onde em 2011 se verificavam os valores máximos do distrito ocorreu uma estagnação ou decréscimo ao nível dos rendimentos e poder de compra. Analisando as diferenças entre homens e mulheres ao nível da remuneração média de base, é notória a diferenciação de género com especial

tendência para que os homens assumam rendimentos mais elevados do que as mulheres em 2011 e 2016.

EDUCAÇÃO

Indicador	2011		2017	
	Viseu	Portugal	Viseu	Portugal
Taxa de analfabetismo (%) varia entre um mínimo e um máximo de:	5,05 Cinfães	14,93 Armamar	5,22	N.D.
Homens	3,18 Nelas	12,63 Armamar	3,51	N.D.
Mulheres	6,6 Cinfães	17,02 Armamar	6,77	N.D.
População por nível de escolaridade (n.º e %)	325 167 3,1% ⁱ	10562178 100%	N.D.	N.D.
Sem escolaridade	47391 14,6% ⁱⁱ	1 999 754 18,9% ⁱ	N.D.	N.D.
1º Ciclo do Ensino Básico	104607 32,2% ⁱⁱ	2 688 308 25,5% ⁱ	N.D.	N.D.
2º Ciclo do Ensino Básico	42762 13,2% ⁱⁱ	1 412 580 13,4% ⁱ	N.D.	N.D.
3º Ciclo do Ensino Básico	53 805 16,5% ⁱⁱ	1 716 970 16,3% ⁱ	N.D.	N.D.
Secundário	41 607 12,8% ⁱⁱ	1 411 801 13,4% ⁱ	N.D.	N.D.
Médio	2 104 0,6% ⁱⁱ	88 023 0,8% ⁱ	N.D.	N.D.
Superior	32 891 10,1% ⁱⁱ	1 244 742 11,8% ⁱ	N.D.	N.D.
Indicador	2006/2007		2016/2017	
	Viseu	Portugal	Viseu	Portugal
Alunos por nível de ensino (n.º e %)	74920	N.D.	57675 2,9% ⁱ	2020494 100,0%
Pré-escolar	10554 14,1% ⁱⁱ	N.D.	7433 12,9% ⁱⁱ	253 959 12,6% ⁱ
1º Ciclo do Ensino Básico	17605 23,5% ⁱⁱ	N.D.	12014 20,8% ⁱⁱ	404 010 20% ⁱ
2º Ciclo do Ensino Básico	9441 12,6% ⁱⁱ	N.D.	6940 12,0% ⁱⁱ	225 794 11,2% ⁱ
3º Ciclo do Ensino Básico	15573 20,8% ⁱⁱ	N.D.	12250 21,2% ⁱⁱ	370 202 18,3% ⁱ
Secundário	13633 18,2% ⁱⁱ	N.D.	13570 23,5% ⁱⁱ	399 775 19,8% ⁱ
Pós-secundário	98	N.D.	88	4 811

	0,1% ⁱⁱ		0,2% ⁱⁱ	0,2% ⁱ
Superior	8 016 10,7% ⁱⁱ	366729	5380 9,3% ⁱⁱ	361 943 17,9% ⁱ
Estabelecimentos de ensino (n.º e %)	1 023 7,9% ⁱ	13030 100%	389 4,5% ⁱ	8584 100,0%
Jardim de infância	444 43,4% ⁱⁱ	4750 36,5% ⁱ	159 40,9% ⁱⁱ	3054 35,6% ⁱ
Escola básica	537 52,5% ⁱⁱ	7392 56,7% ⁱ	186 47,8% ⁱⁱ	4549 53% ⁱ
Escola secundária	20 2,0% ⁱⁱ	400 3,1% ⁱ	21 5,4% ⁱⁱ	335 3,9% ⁱ
Escola básica e secundária	8 0,8% ⁱⁱ	242 1,9% ⁱ	10 2,6% ⁱⁱ	371 4,3% ⁱ
Escola artística	0 0,0% ⁱⁱ	4 1,9% ⁱ	0 0,0% ⁱⁱ	14 0,2% ⁱ
Escola profissional	14 1,4% ⁱⁱ	242 1,9% ⁱ	13 3,3% ⁱⁱ	261 3% ⁱ
Indicador	2005/2006		2015/2016	
	Viseu	Portugal	Viseu	Portugal
Estabelecimentos de ensino superior	14 4,3% ⁱ	326 100%	8 2,7% ⁱ	294 100%

Notas: ⁱ Em % do total nacional; ⁱⁱ Em % do total regional; N.D. – Não disponível.

Os dados relativos à educação começam por evidenciar que a taxa de analfabetismo em 2011 era de 5,22%, sendo que as mulheres assumiam uma taxa mais elevada do que os homens, 3,51% e 6,77% respetivamente. No distrito de Viseu, observando os dados disponíveis para o mesmo ano, Cinfães é o concelho com a taxa mais baixa (5,05%) e Armamar tem a taxa mais elevada (14,93%). Verificando as diferenças de género, Nelas (3,18% para os homens) e Cinfães (6,6% para as mulheres) são os concelhos com as taxas mais baixas, sendo que Armamar é onde se verificam as mais elevadas em ambos os sexos, 12,63% no caso dos homens e 17,02% nas mulheres.

Incidindo a atenção nos níveis de escolaridade, a maior parte da população residente em Portugal tem em 2011 o primeiro ciclo do ensino básico (25,5%), seguindo-se “sem escolaridade” (18,9%), o terceiro ciclo do ensino básico (16,3%) e surgindo de seguida, com alguma expressão, o 2º ciclo do ensino básico e o ensino secundário, com 13,4%. Apenas 11,8% da população tem em 2011 nível de escolaridade superior. Particularizando o distrito de Viseu verifica-se igualmente que a maior parte da população tem o 1º ciclo do ensino básico, no entanto, segue-se o 3º ciclo do ensino básico (16,5%) e “sem escolaridade” (14,6%), sucedendo-se o segundo ciclo do ensino básico (13,2%) e o ensino secundário (12,8%), apenas 10,1% da população do distrito tem o nível superior.

Particularizando os alunos por nível de ensino, em Viseu, verificou-se entre os anos 2006/2007 e 2016/2017 um declínio de 74920 para 57675 (-23%). Em todos os níveis de ensino ocorreu uma diminuição do número de alunos, no pré-escolar de 29,6%, no primeiro ciclo do ensino básico de 31,8%, no segundo ciclo do ensino básico de 26,5%, no terceiro ciclo do ensino básico de 21,3%, no secundário de 0,5%, no pós-secundário de 10,5% e no superior de 32,9%.

A partir das variações apresentadas, apreende-se que o número de alunos diminuiu de forma mais acentuada no nível do ensino superior e no primeiro ciclo do ensino básico, sendo que na maioria dos níveis de ensino a redução foi superior a 20%.

O número de estabelecimentos de ensino teve também alguma redução, embora não tenha ocorrido em todos os graus. O número de jardins-de-infância no distrito diminuiu em quase 3 vezes, passando em 2006/2007 de 444 para 159 em 2016/2017, em Portugal, a redução foi de 4750 para 3054 (-35,7%). As escolas básicas em Viseu passaram de 537 para 186, ou seja para menos de metade, em Portugal a diminuição foi no mesmo sentido, embora menos acentuada, de 7392 para 4549 (-38,5%). Apesar disso, no âmbito do distrito de Viseu verificou-se uma tendência de estagnação no restante número de escolas, sendo que as secundárias passaram de 20 para 21, as básicas e secundárias de 8 para 10 e as profissionais de 14 para 13. No distrito não existia em 2006/2007 nenhuma escola artística, assim como em 2015/2016. No plano nacional, o número de escolas secundárias diminuiu de 400 para 335 (-16,3%), paralelamente, aumentou o número de escolas básicas e secundárias de 242 para 371 (+34,8%), de escolas artísticas (de 4 para 14) e de escolas profissionais, que cresceram de 242 para 261 (7,3%). Relativamente ao número de estabelecimentos de ensino superior, percebe-se uma evolução declinante entre os anos 2005/2006 e 2015/2016, quer em Portugal, quer no distrito de Viseu, assistindo-se a uma diminuição em Portugal de 326 para 294 (-9,8%) e em Viseu de 14 para 8 (-42,9%).

Sintetizando, através da análise dos indicadores relativos à educação, verifica-se que em Portugal o analfabetismo ainda atinge cerca de 5% da população portuguesa e que existe uma clara diferenciação de género, que revela mais mulheres do que homens atingidas pelo fenómeno. Ao nível distrital, não deixa de ser revelador que o concelho do distrito que tem a taxa de analfabetismo mais baixa tem um valor que está ligeiramente abaixo do valor nacional e que o concelho com a taxa mais elevada do distrito apresenta quase o triplo da taxa nacional, o que demonstra que o analfabetismo atinge o distrito de Viseu de forma diferenciada e onde o fenómeno particularmente incidente. Um outro dado que merece referência é que mais de metade da população residente em Portugal tem como nível de escolaridade o segundo ciclo do ensino básico ou menos, apesar disso, o facto de ser considerada para efeitos estatísticos a totalidade da população residente, inclui as camadas mais jovens da população que ainda não estão em idade escolar, ou que por terem a idade de frequentar os níveis regulares de ensino mais baixos, representa-os estatisticamente de uma forma mais evidente. Um outro fator digno de nota é a evolução declinante que tem ocorrido do número de estabelecimentos de ensino, onde o decréscimo tem sido mais notório nos jardins-de-infância e escolas básicas, quer no distrito, quer em Portugal.

SAÚDE

Indicador	2012		2016	
	Viseu	Portugal	Viseu	Portugal
Hospitais (n.º e %)	N.D.	N.D.	3 2,9% ⁱ	105 100%
Camas em hospital	N.D.	N.D.	718 3,0% ⁱ	23 667 100%
Centros de saúde (n.º e %)	25 6,5% ⁱ	387 100%	N.D.	N.D.

Com internamento	0 0,0% ⁱⁱ	17 4,4% ⁱ	N.D.	N.D.
Sem internamento	25 100,0% ⁱⁱ	370 95,6% ⁱ	N.D.	N.D.
Consultas dadas nos centros de saúde (n.º e %)	1 131 569 4,3% ⁱ	26283459 100%	N.D.	N.D.
Medicina geral e familiar	957441 84,6% ⁱⁱ	21364327 81,3% ⁱ	N.D.	N.D.
Medicina dentária / estomatologia	2083 0,2% ⁱⁱ	92012 0,4% ⁱ	N.D.	N.D.
Planeamento familiar	40504 3,6% ⁱⁱ	1067220 4,1% ⁱ	N.D.	N.D.
Pneumologia	185 0,0% ⁱⁱ	15779 0,1% ⁱ	N.D.	N.D.
Saúde do recém-nascido, criança e adolescente	109847 9,7% ⁱⁱ	3074614 11,7% ⁱ	N.D.	N.D.
Saúde materna	18502 1,6% ⁱⁱ	546066 2,1% ⁱ	N.D.	N.D.
Ginecologia	0 0,0% ⁱⁱ	4902 0,0% ⁱ	N.D.	N.D.
Oftalmologia	0 0,0% ⁱⁱ	8690 0,0% ⁱ	N.D.	N.D.
Otorrinolaringologia	0 0,0% ⁱⁱ	3973 0,0% ⁱ	N.D.	N.D.
Outras especialidades	3007 0,3% ⁱⁱ	105876 0,4% ⁱ	N.D.	N.D.
Indicador	2011		2017	
	Viseu	Portugal	Viseu	Portugal
Enfermeiros (n.º e %)	2148 3,3% ⁱ	64478 100%	2313 3,2% ⁱ	71578 100%
Médicos residentes (n.º e %)	878 2,1% ⁱ	42796 100%	1213 2,3% ⁱ	51937 100%
Médicos dentistas (n.º e %)	275 3,7% ⁱ	7366 100%	379 3,9% ⁱ	9716 100%

Notas: ⁱ Em % do total nacional; ⁱⁱ Em % do total regional; N.D. – Não disponível.

No âmbito da saúde, dados de 2016 indicam a existência de 105 hospitais, sendo que em Viseu existem 3, o que corresponde a 2,9% do total de hospitais a nível nacional. O número de camas de hospital em Portugal no mesmo ano é de 23667 e em Viseu são 718, o que se traduz em 3% do total de camas em Portugal. Recaindo a observação ao nível dos centros de saúde, os dados disponíveis são de 2012 e refletem a existência de 387 centros de saúde em Portugal, sendo que em Viseu existem no mesmo ano 25, correspondendo a uma percentagem de 6,5% dos centros de saúde em Portugal. Perspetivando os que possibilitam o internamento, a nível nacional, dos 387 centros de saúde, 370 não têm internamento e apenas 17 apresentam essa possibilidade. Ao nível do distrito de Viseu, nenhum dos 25 centros de saúde oferece a

possibilidade de internamento. No que se refere às consultas dadas nos centros de saúde, o valor do número de consultas em Portugal para o mesmo ano (2012) corresponde a 26283459, sendo que em Viseu, aconteceram 4,3% das consultas, ou seja, 1131569. A tipologia das consultas quer ao nível nacional, quer distrital, tem maior preponderância ao nível da “medicina geral e familiar”, 81,3% do total de consultas a nível nacional, e 84,6% no âmbito distrital. O segundo tipo de consultas com maior representação são as consultas de “saúde do recém-nascido, criança e adolescente”, que representam 11,7% (nacional) e 9,7% (no distrito). Todos os outros tipos de consultas têm valores inexpressivos ou residuais no âmbito nacional e do distrito de Viseu.

Abordando o número de profissionais de saúde e em concreto, enfermeiros, médicos residentes e médicos dentistas, é possível fazer uma análise entre o período de 2011 a 2017. Nas três categorias profissionais verificou-se um aumento do número de profissionais de saúde no âmbito nacional e distrital. Particularizando cada uma das profissões para o distrito de Viseu, houve uma evolução positiva de 2148 enfermeiros, para 2313 entre 2011 e 2017, tendo aumentado 7,1%. No caso dos médicos residentes, observou-se uma subida de 878 para 1213, o que equivale a 27,6% e nos médicos dentistas um crescimento de 27,4%, ou seja, de 275 para 370.

Concluindo, os indicadores analisados permitem-nos perceber a cobertura do distrito ao nível dos hospitais e centros de saúde, paralelamente, observa-se a reduzida ocorrência no nível distrital e nacional de consultas médicas de especialidade e simultaneamente, entre 2011 e 2017, regista-se um aumento no distrito e em Portugal do número de enfermeiros, médicos residentes e de médicos dentistas.

HABITAÇÃO

Indicador	2011		2012		2016				
	Viseu	Portugal	Viseu	Portugal	Viseu	Portugal			
Alojamentos familiares clássicos (n.º e %)	241 885 4,1% ⁱ	5879159 100%	243 064 4,1% ⁱ	5898672 100%	245 423 4,1% ⁱ	5934755 100%			
Contratos de compra e venda de prédios (n.º e %)	9 251 5,5% ⁱ	167496 100%	8 713 6,1% ⁱ	142053 100%	9 680 4,8% ⁱ	199604 100%			
Crédito hipotecário concedido a pessoas singulares por habitante (€/ hab.) varia entre um mínimo e um máximo de:	151 Penalva do Castelo	610 Vila Nova de Paiva	448	33 Carregal do Sal	208 Tarouca	188	116 São Pedro do Sul	522 São João da Pesqueira	419
Valor médio dos prédios transacionados (€/ N.º) varia entre um mínimo e um máximo de:	7 462 Vouzela	53 052 Viseu	73379	3 850 Penedono	54 724 Sátão	66809	6 770 Penedono	52 675 Viseu	91354
Indicador	1.º Trimestre de 2016		1.º Trimestre de 2017		1.º Trimestre de 2018				
	Viseu	Portugal	Viseu	Portugal	Viseu	Portugal			
Valor mediano das vendas por m ² de alojamentos familiares (€) varia entre um mínimo e um máximo de:	165 Penedono	739 Viseu	830	155 Sernancelhe	747 Viseu	881	266 Sernancelhe	800 Viseu	950
Indicador	2016		2017		2018				
	Viseu	Portugal	Viseu	Portugal	Viseu	Portugal			
Valor mediano das rendas por m ² de alojamentos familiares (€) varia entre um mínimo e um máximo de:	N.D.		N.D.		N.D.				
			1,77 Sátão	3,34 Viseu	4,39				
Indicador	2011		2012		2015				
	Viseu	Portugal	Viseu	Portugal	Viseu	Portugal			

Fogos de habitação social (n.º e %)	N.D.	118575 100%	1109 0,9% ⁱ	118334 100%	1173 1,0% ⁱ	119691 100%
Vagos	N.D.	3621 3,1% ⁱ	63 5,7% ⁱⁱ	4862 4,1% ⁱ	129 11,0% ⁱⁱ	6729 5,6% ⁱ
Ocupados ilegalmente	N.D.	481 0,4% ⁱ	13 1,2% ⁱⁱ	419 0,4% ⁱ	14 1,2% ⁱⁱ	774 0,6% ⁱ
Arrendados	N.D.	113 365 95,6% ⁱ	1033 93,1% ⁱⁱ	113053 95,5% ⁱ	1030 87,8% ⁱⁱ	112188 93,7% ⁱ
Pedidos de habitação Social (n.º e %)	282 0,7% ⁱ	42248 100%	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.

Notas: ⁱ Em % do total nacional; ⁱⁱ Em % do total regional; N.D. – Não disponível.

Ao nível da habitação e verificando o período de 2011 a 2016, registou-se em Portugal uma subida de 0,9% ao nível dos alojamentos familiares clássicos. No distrito de Viseu esse crescimento foi ligeiramente mais acentuado, cerca de 1,4%. Os contratos de compra e venda de prédios desceram quer ao nível nacional (-15,2%), quer distrital (-5,8%) de 2011 para 2012, mas se tivermos em consideração o período de 2011 a 2016, verificou-se um crescimento em Portugal (16,1%) e em Viseu (4,4%). O crédito hipotecário concedido a pessoas singulares por habitante em 2011 no distrito de Viseu, tem subjacente o valor maior no concelho de Vila Nova de Paiva (610€) e o menor, no concelho de Penalva do Castelo (151€). Em 2012, o concelho com o valor menor era Carregal do Sal (33€) e Tarouca tinha o mais elevado (208€), ou seja, verificou-se um decréscimo significativo. Apesar disso, analisando o mesmo indicador entre 2012 e 2016 existe um crescimento ao nível do valor máximo, que passou a estar associado ao concelho de São João da Pesqueira (522€) e também do valor mínimo, que passou a ser em São Pedro do Sul (116€).

No âmbito da análise do valor médio dos prédios transacionados para o mesmo período, Vouzela era concelho o que tinha o valor mais baixo em 2011 (7462€) e Viseu o mais elevado (53052€), já em 2012, verificou-se uma alteração dos concelhos que manifestavam os valores médios mais baixos e mais elevados, sendo o concelho de Penedono, aquele que apresentou o valor médio mais reduzido (3850€) e Satão, o concelho com o valor médio mais elevado (54724€). Em 2016, verificou-se que o concelho que apresentou o valor mais baixo era Penedono (6770€) e o mais elevado passou a ser Viseu (52675€), verificando-se um crescimento ao nível do valor mínimo e um decréscimo do valor máximo, quando se estabelece uma comparação entre os 24 concelhos do distrito.

Ao nível do valor mediano das vendas por m² de alojamentos familiares e estabelecendo-se a análise do primeiro semestre de 2016, 2017 e 2018, regista-se uma evolução oscilante nos concelhos do distrito dos valores mínimos registados, partindo de 165€ em 2016 para Penedono, que em 2017 passou a ser de 155€ para Sernancelhe. Em 2018, era também Sernancelhe que tinha o valor mínimo, 266€, embora tivesse crescido bastante. Observando os concelhos com os valores máximos, Viseu foi sempre o concelho que apresentou o valor mais elevado nos três anos analisados e onde se verificou um crescimento contínuo, de 739€ em 2016, para 747€ em 2017 e 800€ em 2018. Ao nível nacional e para este indicador, a evolução foi também contínua, passando de 830€ em 2016, para 881€ e 950€ em 2018, portanto, os valores mais elevados do distrito de Viseu, eram ainda assim menores do que os verificados no âmbito nacional. Ao nível do valor mediano das rendas por m² de alojamentos familiares, os dados de 2017 indicam Satão como o concelho que apresenta o valor mais baixo (1,77€) e Viseu o mais elevado (3,34€).

Particularizando a observação na habitação social, existiam em 2012, 118334 fogos em Portugal e em 2015 o valor era de 119691, tendo-se verificado um crescimento de 1,1%. No distrito de Viseu, a evolução no mesmo período temporal, foi de 1109 para 1173, ou seja, um crescimento de 5,5% e superior ao resto do país. Fazendo a distinção entre os fogos que estão vagos, ocupados ilegalmente e arrendados, em Portugal existiam 4862 fogos municipais vagos em 2012 e em 2015 esse número cresceu para 6729 (+27,7%). Os fogos ocupados ilegalmente registaram uma evolução ascendente significativa, de 419 para 774, o que corresponde a um aumento de 45,8%. Ao nível dos fogos arrendados, verificou-se a um ligeiro decréscimo, de 113053 para 112188 (-0,8%). No distrito de Viseu, o número de fogos vagos subiu entre 2012 e 2015 de 63 para 129, o que quer dizer que houve um aumento de 66%, a evolução dos que estavam ocupados ilegalmente foi de estagnação, passando de 13 para 14 e os fogos arrendados registaram um ligeiro decréscimo de 1033 para 1030. Ao nível distrital não existem

dados conhecidos de pedidos para habitação social, mas em 2011, existiam em Portugal 42248 pedidos.

Em síntese, a habitação no período compreendido entre 2011 e 2016, apresenta uma variação volátil nos indicadores estatísticos relacionados com valores financeiros do mercado da habitação, identificando-se uma tendência decrescente entre 2011 e 2012 e depois de recuperação até 2016, em Portugal e no distrito. Por outro lado, a habitação social demonstra uma evolução no distrito com tendências semelhantes ao resto do país, quando percebemos que entre 2012 e 2015 se verificou o aumento do número de fogos, e de fogos vagos, assim como, um comportamento semelhante na análise da evolução dos fogos arrendados, já que nos dois níveis estatísticos se verificou um decréscimo. Nos fogos ocupados ilegalmente há uma diferenciação nos dois planos de análise, já que em Viseu existe uma estagnação e em Portugal um crescimento.

PROTEÇÃO SOCIAL

Indicador	2009		2017	
	Viseu	Portugal	Viseu	Portugal
Beneficiários de prestações por parentalidade (n.º e %)	3 061 3,2% ⁱ	96608 100%	5 024 3,0% ⁱ	167616 100%
Homens	1 453 47,5%	43309 44,8% ⁱ	2 290 45,6%	74919 44,7% ⁱ
Mulheres	1 608 52,5%	53299 55,2% ⁱ	2 734 54,4%	92697 55,3% ⁱ
Titulares de abono de família (n.º e %)	61 526 3,3% ⁱ	1852756 100%	41 045 3,4% ⁱ	1211494 100%
Pensionistas (n.º e %)	110 211 3,9% ⁱ	2853269 100%	109 827 3,7% ⁱ	2987136 100%
Velhice	74 100 4,0% ⁱ	1864840 100%	75 461 3,7% ⁱ	2040578 100%
Invalidez	27 671 9,3% ⁱ	297186 100%	27 858 12,2% ⁱ	228697 100%
Sobrevivência	8 440 1,2% ⁱ	697243 100%	6 508 0,9% ⁱ	717861 100%
Beneficiários de Complemento Social para Idosos (n.º e %)	14 833 6,4% ⁱ	232812 100%	11 486 6,6% ⁱ	175306 100%
Beneficiários de subsídios de desemprego (n.º e %)	18 038 3,3%	547450 100%	12 826 3,2% ⁱ	405795 100%
Valor médio do subsídio de desemprego (€)	431,54	475,31	457,18	485,17
Beneficiários de subsídio por doença (n.º e %)	16 623 2,8% ⁱ	585279 100%	18 053 2,9% ⁱ	629054 100%
Beneficiários de	21 572	485487	10 378	288065

Rendimento Social de Inserção (n.º e %)	4,4% ⁱ	100%	3,6% ⁱ	100%
Valor médio do Rendimento Social de Inserção por beneficiário (€)	83,4	92,59	114,15	112
Famílias com processamento de Rendimento Social de Inserção (n.º)	8 422 4,4% ⁱ	192249 100%	5 052 3,7% ⁱ	134918 100%
Valor médio do Rendimento Social de Inserção por família (€)	219,15	239,64	243,53	252,54
Beneficiários de Prestação Social para a Inclusão (n.º e %)			639 3,0% ⁱ	20995 100%

Notas: ⁱ Em % do total nacional; ⁱⁱ Em % do total regional; N.D. – Não disponível.

No contexto da proteção social no período temporal de 2009 a 2017 e começando por abordar o número de beneficiários de prestações por parentalidade, em Portugal, o crescimento foi de 42,4% e em Viseu de 39,1%. Distinguindo a incidência nos homens e nas mulheres, entre os homens houve um crescimento de 42,2% em Portugal e no distrito de Viseu de 36,6%. Nas mulheres também se verificou um crescimento em Portugal (42,6%) e no distrito de Viseu (42,5%). No plano nacional e distrital verifica-se sempre uma incidência maior por parte das mulheres no benefício destas prestações do que nos homens, passando em Viseu de 52,5% de mulheres beneficiárias em 2009, para 54,4% em 2017 e em Portugal de 55,2% para 55,3%. No âmbito do abono de família, verificou-se um decréscimo no mesmo período temporal de 34,6% em Portugal e de 33,3% em Viseu.

Ao nível do número de pensionistas verificou-se uma evolução inversa quando se compara a tendência nacional com o distrito de Viseu, existiam em Portugal no ano de 2009, 2853269 pensionistas e em 2017 esse número subiu 4,5%, para 2987136, paralelamente, houve um decréscimo no distrito de 0,3%, acresce um outro fator que diz respeito à percentagem de pensionistas no distrito face ao âmbito nacional, onde se registou no período em análise, uma diminuição de 3,9% para 3,7%. Incidindo na tipologia das pensões, apresentam-se maioritariamente de velhice em Portugal e no distrito, no entanto, no distrito as pensões de invalidez têm um peso maior do que as de sobrevivência e no panorama nacional acontece o inverso. Decompondo a expressão dos tipos de pensões em números, registou-se um crescimento do número de pensões de velhice no período em análise, em Portugal de 8,6% e em Viseu de 1,8%. As pensões de invalidez registaram uma diminuição de 23% em Portugal e um crescimento de 0,7% em Viseu. Finalmente, as pensões de sobrevivência conheceram um crescimento em Portugal (2,9%) e uma redução acentuada no distrito de Viseu (22,9%). O número de pensões de invalidez e sobrevivência apresentam uma evolução no período temporal em análise com um comportamento inverso, quando estabelecida a comparação entre o âmbito nacional e distrital.

O Complemento Solidário para Idosos demonstra no mesmo período temporal, uma redução em Portugal e no distrito, respetivamente de 24,7% e 22,6%. O número de beneficiários de subsídios de desemprego evoluiu igualmente no sentido de uma redução nos dois níveis de

análise, no distrito de 28,9% e em Portugal de 25,9%. O valor médio do subsídio de desemprego registou um aumento no âmbito nacional e distrital, embora o valor médio seja inferior em Viseu relativamente ao valor nacional. Deste modo, verificou-se um crescimento de 5,6% em Viseu e de 2% em Portugal, respetivamente, de 431,54€ para 457,18€ e de 475,31€ para 485,17€. No âmbito dos beneficiários do subsídio de doença houve também um crescimento em Portugal e no distrito passando-se em Viseu de 16623 para 18053 e em Portugal de 585279 para 629054, verificando-se um crescimento respetivo de 7,9% e de 7%, ou seja, um crescimento mais acelerado no distrito de Viseu. Os números referentes aos beneficiários do Rendimento Social de Inserção demonstram uma queda acentuada registando-se em Viseu uma variação de 21572 para 10378 (-51,9%) entre 2009 e 2017, no plano nacional, a variação foi menor, mas ainda assim bastante acentuada, de 485487 para 288065 (-40,7%). Paralelamente, observando o valor médio do RSI, salienta-se uma variação positiva nos dois planos, embora mais acentuada no distrito de Viseu, em Portugal passou-se de 92,59€ para 112€ e em Viseu de 83,4€ para 114€, ou seja, o distrito partiu de um valor mais baixo do que o que se verificava em Portugal no ano de 2009, mas em 2017 verificava-se em Viseu um valor médio mais elevado do que o nacional. Numa análise incidente no plano familiar, tal como no caso dos beneficiários, houve também um decréscimo, passando-se em Viseu de 8422 para 5052 (-40%) enquanto no plano nacional, a variação foi de 192249 para 134918 (-29,8%). Ao nível do valor médio do RSI por família regista-se um crescimento, tal como no caso dos beneficiários, partindo de 219,15€ para 243,53€ no distrito (+11,1%) no distrito e de 239,64€ para 252,54€ em Portugal (+5,1%). Neste contexto o valor médio por família não ultrapassou ao nível distrital o valor médio nacional, tal como se verificou na análise anterior ao valor médio por beneficiário do RSI.

Finalmente, focalizando a Prestação Social para a Inclusão, que tem um âmbito de aplicação recente é possível referir a existência para o ano de 2017 de 639 beneficiários no distrito de Viseu e de 20995 beneficiários em Portugal.

Concluindo, a análise efetuada ao nível da proteção social entre 2009 e 2017 permite-nos perceber a existência primeiramente, de maior incidência das mulheres como beneficiárias de prestações de parentalidade e uma diminuição acentuada dos beneficiários de abono de família entre 2009 e 2017, independentemente da análise ser efetuada a nível distrital ou nacional. De seguida, percebe-se um aumento do número de pensionistas em Portugal e um ligeiro decréscimo em Viseu, sendo que há um aumento simultâneo nos dois planos (distrital e nacional) ao nível das pensões de velhice, mas verifica-se uma evolução inversa nas pensões de invalidez e de sobrevivência. Em Viseu aumentou ligeiramente o número de pensões por invalidez, ao mesmo tempo que se verificou uma redução a nível nacional. Por outro lado, as pensões de sobrevivência conheceram um aumento no plano nacional e uma diminuição no distrito de Viseu. Salienta-se também que no período de 2009 a 2017 há uma efetiva redução no distrito de Viseu e em Portugal do número de beneficiários do CSI, subsídio de desemprego e RSI e um crescimento do número de beneficiários do subsídio de doença. Paralelamente, verificou-se um aumento dos valores médios dos subsídios de desemprego e do RSI (por beneficiário e por família).

PARTICIPAÇÃO ELEITORAL

Presidência da República	1º Eleição - 1976		Última Eleição - 2016	
	Viseu	Portugal	Viseu	Portugal
Eleitores (n.º e %)	278 245 4,3% ⁱ	6477484 100%	370 967 3,8% ⁱ	9741377 100%
Votantes (n.º e %)	194 244 69,8% ⁱⁱ	4885624 75,4% ⁱ	169064 45,6% ⁱⁱ	4740558 48,7% ⁱ
Abstenção (n.º e %)	84 001 30,2% ⁱⁱ	1591860 24,6% ⁱ	201 903 54,4% ⁱⁱ	5000819 51,3% ⁱ
Assembleia da República	1º Eleição - 1975		Última Eleição - 2015	
	Viseu	Portugal	Viseu	Portugal
Eleitores (n.º e %)	262196 4,2% ⁱ	6220784 100%	371931 3,8% ⁱ	9682553 100%
Votantes (n.º e %)	233932 89,2% ⁱⁱ	5693905 91,5% ⁱ	190712 51,3% ⁱⁱ	5408805 55,9% ⁱ
Abstenção (n.º e %)	28264 10,8% ⁱⁱ	526879 8,5% ⁱ	181219 48,7% ⁱⁱ	4273748 44,1% ⁱ
Autarquias Locais	1º Eleição - 1976		Última Eleição - 2017	
	Viseu	Portugal	Viseu	Portugal
Eleitores (n.º e %)	277067 4,3% ⁱ	6460528 100%	360596 3,8% ⁱ	9411442 100%
Votantes (n.º e %)	165601 59,8% ⁱⁱ	4170494 64,6% ⁱ	214249 59,4% ⁱⁱ	5173063 55% ⁱ
Abstenção (n.º e %)	111466 40,2% ⁱⁱ	2290034 35,4% ⁱ	146347 40,6% ⁱⁱ	4238379 45% ⁱ
Parlamento Europeu	1º Eleição - 1987		Última Eleição - 2014	
	Viseu	Portugal	Viseu	Portugal
Eleitores (n.º e %)	326867 4,2% ⁱ	7813103 100%	376430 3,9% ⁱ	9702657 100%
Votantes (n.º e %)	226454 69,3% ⁱⁱ	5637556 72,2% ⁱ	114265 30,4% ⁱⁱ	3283610 33,8% ⁱ
Abstenção (n.º e %)	100413 30,7% ⁱⁱ	2175547 27,8% ⁱ	262165 69,6% ⁱⁱ	6419047 66,2% ⁱ

Notas: ⁱ Em % do total nacional; ⁱⁱ Em % do total regional; N.D. – Não disponível.

A participação eleitoral tem subjacente uma evolução suportada em dados estatísticos de 1975 até à atualidade. Nesse sentido, torna-se possível efetuar uma análise ao nível das eleições presidenciais, legislativas, autárquicas e europeias. As eleições para a presidência da república incluem dados de 1976 a 2016 que refletem a evolução da participação eleitoral através da contabilização do número de eleitores, de votantes e da abstenção. Em 1976 existiam em Portugal para esta eleição, 6477484 eleitores e esse número evoluiu até 2016 para os 9741377, registando-se uma evolução de 33,5%. No distrito de Viseu passamos de 278245 para 370967 eleitores, o que equivale a um crescimento de 25%, um pouco menor do que a nível nacional. O número absoluto de votantes conheceu uma evolução inversa, partindo-se em Portugal de 4885624 em 1976, para 4740558 em 2016, diminuído em 3% o número absoluto de votantes após 4 décadas, apesar do número absoluto de eleitores ter

aumentado 33,5%. No distrito de Viseu, registamos uma redução mais expressiva, de 194244 para 169064, equivalente a 12,9%. A abstenção apresenta números inversos aos percetíveis nos votantes, partindo-se no plano nacional e de um número absoluto de 1591860 em 1976, chega-se aos 5000819 em 2016, tendo mais do que triplicado o valor inicial. No distrito em análise, a abstenção em termos absolutos, no mesmo período, mais do que duplicou, de 84001 para 201903 em 2016.

Incidindo a atenção na evolução da participação eleitoral no contexto das eleições para assembleia da república, é-nos possível observar dados entre 1975 e 2015, que compilam informação estatística entre a primeira e a última eleição. Tal como nas eleições presidenciais há uma tendência semelhante de aumento do número de eleitores nas últimas 4 décadas, ao mesmo tempo que diminui o número de votantes e aumenta a abstenção, em Portugal e no distrito de Viseu. O número de votantes parte de um número total em Portugal de 6220784 para 9682553 (+35,7%), em Viseu, o crescimento foi um pouco menor, de 262196 eleitores para 371931 em 2015, o que resulta num crescimento de 29,5%. O número absoluto de votantes conheceu, tal como nas eleições presidenciais, uma trajetória declinante ao longo do período em análise, em Portugal de 5693905 para 5408805 (-5%) e no distrito de Viseu de 233932 para 190712 (-18,5%). A abstenção denota, tal como nas eleições presidenciais, uma tendência clara de crescimento, situando-se em 28264 abstenções em 1975 no distrito de Viseu e evoluindo para 181219 em 2015, multiplicando-se os valor absoluto inicial por mais de 6 vezes. Em Portugal existe também um crescimento muito acentuado, de 526879 para 4273748, ou seja, um crescimento superior a 8 vezes.

No contexto das autarquias locais, mais uma vez há é notória a tendência para o aumento do número de eleitores e da abstenção, no entanto, contrariamente aos dois tipos de eleições alvo de análise anterior, o número de votantes nas eleições autárquicas aumentou nas últimas quatro décadas. O período temporal em análise estabelece-se entre 1976 e 2017, sendo que o número absoluto de eleitores cresceu em Viseu de 277067 para 360596 (+23,2%) e em Portugal de 6460528 para 9411442 (+31,4%). Tal como referido, o número absoluto de votantes registou igualmente um crescimento, quer em Viseu, quer no plano nacional, respetivamente, 22,7% e 19,4%. A abstenção também aumentou, embora com menos expressão do que nas eleições presidenciais e legislativas, em Viseu de 111466 para 146347 (+23,8%) e em Portugal, de 2290034 para 4238379 (+46%).

Finalmente, recaindo a nossa atenção nas eleições europeias, o período temporal em análise é mais curto, porque incide no hiato entre a 1ª eleição (1987) após Portugal ter aderido à União Europeia e a última eleição (2014). Neste caso, a tendência é semelhante à verificada nas eleições presidenciais e legislativas, registando-se um aumento do número de eleitores e da abstenção e diminuição do número de votantes. O número de eleitores cresceu no período identificado em Viseu, de 326867 para 376430 (+13,6%), a nível nacional, o crescimento foi de 7813103 para 9702657, ou seja, 19,5%. O número absoluto de votantes diminuiu de 226454 para 114265 em Viseu (-49,5%) e de 5637556 para 3283610 (-41,8%) em Portugal. A abstenção, tal como referido, teve um crescimento acentuado, passando para mais do dobro no distrito de Viseu, de 100413 para 262165 e quase triplicando em Portugal, de 2175547 para 6419047.

Em síntese, compreende-se que a participação eleitoral em Viseu se alinha com os valores nacionais ao nível das tendências estatísticas verificadas, sendo que independentemente do tipo de eleições há registo do aumento de eleitores e da abstenção, sendo que ao nível das eleições autárquicas há duas singularidades que merecem referência, o número de votantes

aumentou entre a primeira eleição e a última eleição contrariamente aos restantes tipos de eleições. O segundo ponto que merece referência é a abstenção no distrito de Viseu ao nível das eleições locais, que teve um crescimento de 23,8% relativamente ao número absoluto de pessoas que se abstiveram na primeira eleição, mas em cerca de 40 anos, tendo em consideração o aumento do número de eleitores e observando a abstenção em relação ao aumento do número de eleitores, evoluiu apenas de 40,2% para 40,6%, que embora seja uma percentagem elevada, ainda assim é a mais baixa, se estabelecermos uma comparação com as eleições presidenciais, legislativas e europeias.

Nota: Os dados contidos nesta ficha-síntese foram recolhidos das respetivas fontes oficiais em Setembro de 2018. As fontes utilizadas são: Instituto Nacional de Estatística; Pordata; Instituto da Segurança Social; Instituto de Emprego e Formação Profissional.